



A secretária Ivelise Longhi submeteu o novo plano ao Conprev. O objetivo é acabar com a poluição visual da capital da República. O anúncio oficial será feito na próxima quinta-feira, no Palácio do Buriti

Publicidade do DF tem novo plano-diretor

DF - Brasília

Conselho de preservação analisou ontem o projeto

SÉRGIO PARDELLAS
REPÓRTER DO JB

A secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Ivelise Longhi, submeteu na noite de ontem à avaliação do Conselho de Gestão da Área de Preservação de Brasília (Conprev), o novo Plano-Diretor de Publicidade para o Distrito Federal. Na próxima quinta-feira, será realizada uma cerimônia no Palácio do Buriti para oficializar o novo plano.

Na avaliação do Iphan, Brasília nunca esteve tão poluída visualmente como hoje. Outdoors, painéis eletrônicos e letreiros luminosos povoam cada vez mais espaço no cenário da cidade. Mas se for seguida à risca, a nova legislação deverá regulamentar devidamente a situação.

Na L2 Sul, por exemplo, não poderão mais ser colocados os *front light*, luminosos que revezam propagandas de diferentes anunciantes. Também fo-

ram definidas novas regras para a colocação de outdoors.

Os *banners*, por exemplo, veiculados nas laterais de prédios do Setor Comercial Sul deverão observar a metragem máxima permitida e não poderão cobrir passagem de ar ou iluminação.

Com a regulamentação do plano, também ficará proibida a fixação de qualquer tipo de publicidade nos eixos Monumental e Rodoviário e na Zona Cívica Administrativa, que vai do Palácio do Buriti à Praça dos Três Poderes. Os eventos só poderão ser divulgados no Centro de Convenções e nos setores culturais Sul e Norte.

A reunião de ontem obedeceu a um roteiro pré-estabelecido pelo governo local. Com a criação do Conprev no fim do ano passado para colaborar na preservação do patrimônio urbano da cidade, ficou definido que o plano, antes de ser executado, teria de passar pelo crivo de todos os seus membros

efetivos.

Compõem o conselho, além dos secretários de governo ligados às áreas de urbanização e meio-ambiente, representantes de órgãos federais como, Ibama, da OAB e da sociedade civil organizada, como presidentes de Conselhos Comunitários da Asa Sul e Norte.

No encontro, que não havia terminado até o fechamento desta edição, todos os integrantes do Conselho fariam uma análise da proposta do GDF.

A lei é generosa, no entanto, para o diretor do Iphan-DF, Cláudio Queiroz, quando estabelece o prazo de três anos para que toda a publicidade licenciada e instalada até a publicação do plano diretor seja adaptada às novas regras.

— Pela proposta atual, que passou pela Câmara Legislativa e pelo GDF, os excessos serão muito pouco reduzidos. Além disso, quem estiver com esses anúncios enormes terá três anos para regularizar — critica Queiroz.

pardellas@jb.com.br